



COMUNICADO

Nº 10

DO DIÁLOGO CONSTRUTIVO

ÀS PROVIDÊNCIAS EFICAZES:

LEI DE EXCEPÇÃO

Os estudantes de Coimbra estão hoje em greve. Fazem-no porque, novamente, têm de demonstrar às autoridades que estão unidos e organizados, prontos em cada momento, a reagir aos sucessivos arbítrios.

De acordo com uma votação da Assembleia Magna os estudantes tinham o melhor interesse em fazer chegar ao MEN um documento em que expressassem as suas reivindicações e os seus pontos de vista quanto às condições que deveriam ser satisfeitas para que os estudantes se pronunciassem publicamente na "discussão" da reforma. A D.G. estava mandatada pela Assembleia Magna no sentido de pessoalmente transmitir ao MEN o conteúdo de tal documento. O Sr. Ministro da Educação declarou que não punha obstáculos à realização dessa audiência. Mas os estudantes tinham urgência nula: continuavam de pé os graves problemas dos processos disciplinares em Direito e de não homologação de elementos da A.A.C.. As novas promessas, nas quais, aliás, quando provém das autoridades governamentais os estudantes já não acreditam, só contribuíam para um adiar duma definição esclarecedora da situação. Por isso a Assembleia Magna de 20/1/71 votou que os estudantes de Coimbra fizessem greve durante toda a manhã de 6ª feira no caso de não haver resposta ministerial sobre a audiência que os estudantes de Coimbra pretendiam, ou no caso dessa resposta ser negativa e isso na medida em que o próprio Ministro da Educação havia prometido uma resposta até à noite de 5ª feira aos elementos da D.G. que a Lisboa se haviam deslocado para tentar obter a audiência.

Durante a tarde de ontem, 5ª feira, foi um constante telefonar para o MEN no sentido de se obter a audiência prometida. Da parte do MEN foi um constante invocar de pretextos, alegando-se duma vez a falta de tempo do Sr. Ministro para marcar a audiência, doutra vez a sua ausência, doutra vez a sua urgente chamada à presidência do Conselho (que logo de seguida através de um telefonema para a própria Presidência do Conselho se demonstrou não ser verdadeira), enfim um nunca mais acabar de evasivas que haviam de encontrar a sua explicação, pelas 22h, com a rádiodifusão de gravíssimas medidas que o MEN acabava de tomar. Tal notícia explicava definitivamente que o MEN não queria receber os estudantes. Quando os estudantes pretendem percorrer a via do diálogo, a resposta que o governo dá, é o decretar dum automático estado de excepção nas Universidades. No comunicado do governo, que, segundo o próprio MEN, constituía uma lei uniforme para as universidades portuguesas, e que a continha a unificar imediatamente em vigor, percanizavam-se as seguintes medidas:

entre outras:

- a condição de estudante não pode isentar ninguém da aplicação do direito comum do país, porque todos os crimes praticados devam ser comunicados à polícia judiciária.

- A ordem e a disciplina são essenciais ao funcionamento normal do serviço público escolar, pelo que todas as infracções disciplinares cometidas deverão levar aos correspondentes processos disciplinares.

- As AA.EE. não podem continuar a exorbitar dos seus fins, pelo que deverão cessar toda a actividade de propaganda política e toda a actuação ilegal que não têm a ver com a vida da Universidade, sem o que se sujeitarão automaticamente às sanções previstas na Lei.

- Os Edifícios de utilização comum pelos estudantes, designadamente as cantinas, não podem servir para fins diferentes daquelas a que se destinem, pelo que terão de ser encerrados, embora com manifesto prejuízo de maioria dos estudantes, que muito se desejaria evitar, se foram usados para outros fins.

- Desde que as autoridades académicas se vejam impossibilitadas de manter a disciplina nos edifícios públicos que lhes estão confiados, o restabelecimento da ordem será assegurado pela autoridade competente, ficando os responsáveis pelos actos de indisciplina ocorridos sujeitos a todas as consequências legais.-

Anuncia-se a Reforma e paralelamente reprimem-se os estudantes. Depois quando os estudantes pretendem enviar ao M.E.N. os seus pontos de vista sobre a Reforma e sobre as condições que devem ser satisfeitas para que os mesmos estudantes a possam discutir, o M.E.N. recusa-se a tomar conhecimento desses pontos de vista e dessas reivindicações. E não se fica por aí. Alguém do que se lute e os estudantes em Lisboa em Coimbra, travam pela democratização do ensino e pelo reconhecimento das AA.EE. são incidentes "provocados por alguns alunos desceitados e criam um clima de permanente violência e agitação" e a "tentar paralizar e impedir a reforma do ensino superior", põe-se a Universidade sob uma legislação que, mais do que nunca, impede definitivamente os estudantes de expressar a sua opinião e levarem a cabo qualquer manifestação de vontade colectiva.

Nos a atitude governamental, se bem que surpreende o choque, tem a sua lógica: a "lei da excepção" sai no momento em que nada mais resta ao governo que "legitimizar" face à opinião pública as medidas repressivas que sem pra tomar frente ao M.E. e agora vai novamente utilizar. Não é novo para os estudantes terem que passar pelos cárceres da polícia judiciária; não são no vidade os processos disciplinares e as expulsões da Universidade, e que para o governo são sempre mais dócia de agitadores que fazem Assembleias de milhares de estudantes.

Tentam ativar, através da demagogia, demeritar as diárias na imprensa rádio T.V. do que se passa realmente nas Universidades Portuguesas, à população do país, para justificar a vaga de arbitrariedades que cometeram e que em maior escala cometerão.

Os estudantes registam, como o "pombalino projecto de Reforma parece não ter criado no seio dos estudantes o imobilismo expectante que visava, o governo avança com projectos ciclópicos de repressão. A "missão histórica" de Voiga Simão será cumprida a todo o transe: para cuidar de matar os vivos e fazer com que os mortos respondam apoliticamente ao problema político da Reforma, há um problema metódicamente giseado.

A nosso luto teria sido, pois, de assumir esta forma radical. Para ela estamos preparados, para ela fortalecemos a nossa organização e unidade.

Corajosamente continuaremos, combatendo pela Reforma Democrática do Ensino.

VAI A ASSEMBLEIA MAGNÃ LOGO AS 12 HORAS NA A.A.C. no ginásio

Coimbra, 22/1/71

A DIRECÇÃO-GERAL